

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

O *OUTRO* DAS COTAS: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS¹.

The Other in the quote system: affirmative actions for admission in public universities

Monique Franco*

*Historiadora pela PUC/RJ e Mestre em Educação pela UFRJ. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ/ECO, Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos e Membro do Conselho Executivo e Editorial da Revista Espaço. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Seus estudos focalizam os processos de normatização e homogeneização social e cultural, com destaque nas críticas às políticas inclusivas, contando com diversas participações em Congressos, publicações de artigos e capítulos de livros

E-mail: mfranco@uerj.br

Material recebido em setembro de 2007 e selecionado em outubro de 2007

RESUMO

Em que medida a feição compensatória e reparadora adquirida, cada vez mais, pelas chamadas “políticas de ação afirmativa” podem, contraditoriamente, promover a transformação do *Outro* em *Mesmo*? Partindo dessa indagação, este trabalho tem como objetivo a análise do que se denomina aqui de *políticas da piedade*, como uma forma possível de problematizar o discurso das referidas políticas, mais especificamente a política de cotas no ensino superior. Utilizam-se os estudos de Nietzsche, Boltanski, Amato, Baudrillard e as categorias de dívida, culpa,

vitimização e sacrifício como suporte da reflexão da captura do *sofrimento do Outro*. A análise de reportagens, entrevistas e cartas, em jornais e revistas do Estado do Rio de Janeiro, foi utilizada na identificação das categorias relacionadas.

Palavras-Chave: políticas afirmativas; políticas da piedade; culpa.

ABSTRACT

Contemporaneity has been the stage for a practical-conceptual enlargement of the other. This work intends to analyze what is

here called ‘compassion policies’, as a possible way of problematizing the discourse of the so-called “affirmative action policies”, more specifically the affirmative action in College admission process. Nietzsche’s, Boltanski’s, Amato’s and Baudrillard’s studies, as well as the categories of debt, guilt, victimization and sacrifice are employed to support the analysis of the grasp of the ‘other’s suffering’. Analyses of reports, interviews and letters in Rio de Janeiro’s newspapers and magazines were used in the identification of the related categories.

Keywords: affirmative actions; compassion policies; guilt; suffering.

¹ Parte deste trabalho foi apresentada ao NP 13 – Comunicação e Cultura das Minorias, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercon (XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação). UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005.

INTRODUÇÃO

As denominadas políticas de ação afirmativa, ao chamarem a si a culpa das condições de desigualdade social e cultural, têm-se transformado, cada vez mais, em políticas compensatórias ou reparadoras. Todavia, contraditoriamente, essas políticas podem estar promovendo o alargamento de um fosso que separa, hierarquiza e discrimina pessoas, para depois lhes oferecer uma suposta inclusão e trazer como consequência subjacente a transformação do *Outro* em *Mesmo*.

Sabe-se que a contemporaneidade tem sido palco de um alargamento prático-conceitual acerca do *Outro*. Políticas inclusivas, políticas de ação afirmativa têm desencadeado não só estudos e debates teóricos, como também produzido ações concretas oriundas de instâncias públicas, privadas ou por meio da sociedade civil organizada, apesar da gama de contradições que muitas vezes possam representar.

O campo da pesquisa em educação e comunicação acompanha esse debate, ora buscando discutir os usos da comunicação em políticas públicas, articulando discurso e poder, ora investigando os impactos da mídia na criação de sentidos e

práticas hegemônicas.

Este trabalho tem como objetivo a análise de *políticas da piedade* (BAUDRILLARD, 2003) como uma forma possível de problematizar o discurso das chamadas *políticas de ação afirmativa*. Para tanto, utiliza-se, sobretudo, dos estudos de Nietzsche (1998; 1999; 2003), Boltanski (1999), Amato (1990), Baudrillard (2003). Parte-se de um *a priori* – a constituição, no mundo grego, dos laços comunitários de ajuda, operando a primeira construção nós/eles, que irá acompanhar-nos através dos tempos – para, em seguida, apontar a universalização da primeira regra moral, a política da justiça, até a consolidação de um outro tipo de universalização: o cristianismo e as noções de dívida e culpa. Essas noções, juntamente com as de sacrifício e de vitimização, ancorando a idéia de sofrimento do *Outro*, ocuparão o centro de um palco, talvez trágico², em que, desde a modernidade, opera-se na culpa e dívida em relação ao estranho “infeliz” e na crença de que a política e a idéia de justiça seriam a única instância capaz de modificar esse quadro ao transformar a condição social do *Outro*.

É com essa perspectiva que se desenvolveu a investigação dos impactos da adoção da política de cotas

no ensino universitário, público e privado, tomando como suporte as recentes reportagens sobre as cotas, veiculadas nos principais jornais e revistas nacionais.

Essa opção foi oportuna por revelar-se um terreno fértil para a localização de discursos sobre o *Outro*, em que as categorias: dívida, culpa, vitimização, sacrifício e reparação são facilmente identificáveis, ainda que não expressas diretamente. Por outro lado, poucos foram os indícios de identificação de processos discursivos de controle, homogeneização e intervenção moral, social e cultural, tornando o *corpus* conceitual do debate sobre as cotas polarizado entre quem concorda com sua adoção ou dela discorda. Surge, assim, a pertinência de que se desenvolvam estudos que ultrapassem essa polaridade.

Trabalhando com Heráclito (540 – 489 a.C.) e sua concepção de dis(curso), abriu-se a possibilidade de entendimento dos signos expressos nas notícias, nas reportagens e nas opiniões dos leitores enquanto processos que se apresentam exteriores às práticas e que muitas vezes indicam mais fragmentação do que unidade, mais incertezas do que certezas.

[...] Preocupado em desarticular

²Embora não seja o foco direto deste trabalho, o tema da justiça perpassa transversalmente toda a obra de Nietzsche. Para Eduardo Melo Resende (2004), a concepção de justiça em Nietzsche pauta-se por uma perspectiva crítica ao modo como ela é concebida pela tradição metafísica ocidental. Todavia, não se oferece, com o autor, uma resposta do que seja o justo, mas mantém-se o homem em sua incomensurabilidade trágica: o preço da luta pela superação da alienação passa pela problematização incessante dos pressupostos culturais e morais que estruturam a vida, porque eles tendem, sempre, a pretender alçar-se à condição de certeza apagadora de toda a multiplicidade de interesses e perspectivas, de todo o conflito, do próprio devir, ocupando o lugar e o papel deixados pela metafísica (p.XIX).

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

o absolutismo da narrativa dos aedos, o filósofo de Éfeso procura demonstrar o descompasso entre o discurso e os objetos sobre os quais o discurso discorre. Aberta a distância entre as palavras e as coisas, é-lhe possível examinar as possibilidades e as limitações da fala. [...] Heráclito vive numa época em que os discursos persuasivos ascendem. A persuasão não é conduzida pela verdade. Há o falar do que profere discursos. Há o dizer do Dis(curso). O primeiro constrange à visão peculiar, o segundo liberta para o conflito dos contrários (SCHÜLER, 2001, p. 27/28).

Ou no dizer de Baudrillard:

A comunicação não é o falar, é o fazer-falar. A informação não é o saber, é o fazer-saber. O verbo “fazer” indica uma operação, não uma ação. Na publicidade, na propaganda, trata-se não de crer mas de fazer-creer. A participação não é uma forma social ativa nem espontânea; é sempre induzida por uma espécie de maquinaria ou de maquinação, é um fazer-agir. [...] Hoje até o querer é mediado por modelos da vontade, pelo fazer-querer, que são a persuasão ou a dissuasão (2002, p.43).

Fazendo uma dupla analogia acerca da época em que vivemos, na qual também ascendem os discursos persuasivos, e o desejo

A problematização aponta para novas questões e interfaces com outros campos da reflexão e do saber que, com certeza, fogem às soluções milagrosas ou imediatistas. Trabalha-se com a hipótese de que, no interior das regras morais e sociais estabelecidas hegemonicamente ao longo do processo histórico, nosso sacrifício atual parece ser a aceitação do *Outro*, abrindo nossos velados territórios à sua suposta inclusão. Assim, proliferam discursos e políticas ditas inclusivas, oferecidas não mais ao *Outro*, mas ao mesmo, com o qual se pode conviver.

e a determinação de proferir dis (cursos) libertadores, este ensaio procura marcar o seu curso – “O poder de querer de outro modo”, do qual fala Nietzsche (2003) em Zarathustra.

Parte-se de Nietzsche e das noções de dívida, culpa e castigo, base do ideal ascético. Em seguida, busca-se uma abordagem contemporânea, em que a vitimização e o sofrimento são elementos centrais, para, em seguida, ater-se à parte empírica da pesquisa, contextualizando o processo de surgimento das políticas afirmativas e da política de cotas, sobretudo no Brasil.

A problematização aponta para novas questões e interfaces com outros campos da reflexão e do

saber que, com certeza, fogem às soluções milagrosas ou imediatistas.

Trabalha-se com a hipótese de que, no interior das regras morais e sociais estabelecidas hegemonicamente ao longo do processo histórico, nosso sacrifício atual parece ser a aceitação do *Outro*, abrindo nossos velados territórios à sua suposta inclusão. Assim, proliferam discursos e políticas ditas inclusivas, oferecidas não mais ao *Outro*, mas ao mesmo, com o qual se pode conviver. Com isso, pode-se inferir que, na defesa de circunstâncias e condições sócio-históricas a serem reparadas ou compensadas, pode-se, ao contrário, promover uma sutil e consentida forma de

acesso aos espaços hegemônicos, de maneira assimilacionista³, produzindo homogeneização e controle, ou seja, o mesmo, e provocar um constante adiamento da condição desse *Outro*, uma vez que, com tais práticas, não só se privatiza o destino, coloniza-se o risco ou o mal do aleatório, do diferente ou do “anormal”, como também se naturaliza e supostamente se neutralizam todas as disputas, ainda que quase sempre muito desiguais, travadas pelas diferentes sociedades, em diferentes momentos históricos.

Cabe aqui lembrar as palavras de Heráclito: “Não houvesse tais

coisas, não recolheriam o nome da justiça” (B.23) (CARNEIRO LEÃO, 1993, p.65).

DÍVIDA E CULPA EM NIETZSCHE OU “O MAIS FRIO DE TODOS OS MONSTROS FRIOS”

“[...] Existem ainda povos e rebanhos, mas não onde vivemos, meus irmãos: aqui existem estados. Estados? Que é isso? Bem, escutai, pois agora vou falar-vos da morte dos povos. Estado é o

nome do mais frio de todos os monstros frios. Friamente, diz também mentiras; e a seguinte mentira desliza da sua boca: “Eu, o estado, sou o povo”. Mentira! Foram os criadores que criaram o povo e sobre eles derramaram fé e amor: assim prestaram um serviço à vida. Foram os exterminadores que colocaram as armadilhas para o povo e chamaram-lhes “estado”: sobre ele suspenderam uma espada e cem apetites... Essa é a mensagem que vos dou: cada povo tem sua própria linguagem do bem e do mal, que o vizinho não compreende. Inventou a sua linguagem própria de costumes e direitos. Mas o estado mente em

Com isso, pode-se inferir que, na defesa de circunstâncias e condições sócio-históricas a serem reparadas ou compensadas, pode-se, ao contrário, promover uma sutil e consentida forma de acesso aos espaços hegemônicos, de maneira assimilacionista³, produzindo homogeneização e controle, ou seja, o mesmo, e provocar um constante adiamento da condição desse *Outro*, uma vez que, com tais práticas, não só se privatiza o destino, coloniza-se o risco ou o mal do aleatório, do diferente ou do “anormal”, como também se naturaliza e supostamente se neutralizam todas as disputas, ainda que quase sempre muito desiguais, travadas pelas diferentes sociedades, em diferentes momentos históricos.

³Essa caracterização é explicitada a partir de Mc Laren (1999), que faz uma tipologia das diferentes feições atribuídas aos discursos ditos multiculturais. A postura assimilacionista reflete uma ideologia na qual está em jogo, para a aceitação do *Outro*, a assimilação dos padrões dominantes ou “normais”.

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

todas as linguagens do bem e do mal; e tudo o que diz é mentira – e tudo que tem foi roubado (NIETZSCHE, 2003, p.152).”

O que se apresenta aqui como “políticas da piedade” está indicado no ensaio de Baudrillard – *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos estranhos*. A tese do autor remete à crítica já desenvolvida por Nietzsche (1999) com relação ao ideal ascético⁴ – “o bom é aquele que luta contra os seus desejos” – e à noção de igualdade tais como foram concebidos na civilização ocidental, sobretudo na forma propalada como bandeira na Revolução Francesa.”

Na esteira do ascetismo cristão, que promoveu a reordenação monoteísta das noções de dívida, culpa e reparação, o argumento desse ensaio sustenta que, na contemporaneidade, o discurso afirmativo sobre o *Outro* tem usado como estratégia de dissimulação os conflitos em torno do sofrimento e da vitimização. Foi precisamente o ataque de Nietzsche contra a ética cristã, em *A genealogia da moral* (1887), que fundamentou suas posições. Nesse escrito, o autor sustentou que o cristianismo criara um doentio moralismo que “ensinou” o homem a envergonhar-se de todos os seus instintos. Via o cristianismo, como

uma doença maligna que havia atacado o Império Romano com a ajuda da “mentira da igualdade das almas”, os homens deveriam buscar, em consequência, valores que transcendessem a moral convencional divulgada pelo cristianismo. Para ele a injustiça nunca reside na desigualdade dos direitos, ela está na reivindicação de direitos iguais. O autor vai desenvolver, em seguida, o conceito de “consciência de culpa” ou “má consciência”, dando origem ao conceito material de dívida. Na segunda dissertação – *Culpa, má consciência e coisas afins* –, ele afirma:

Mas como veio ao mundo aquela outra ‘coisa sombria’, a consciência de culpa, a ‘má consciência’? – Com isso voltamos aos nossos genealogistas da moral. [...] Esses genealogistas da moral teriam sequer sonhado, por exemplo, que o grande conceito moral de ‘culpa’ teve origem no conceito muito material de dívida? Ou que o castigo, sendo *reparação*, desenvolveu-se completamente à margem de qualquer suposição acerca da liberdade ou não liberdade da vontade? [...] Já revelei: na relação contratual entre *credor e devedor*, que é tão velha quanto à existência de pessoas jurídicas, e que por sua vez remete às forças

básicas de compra, venda, comércio, troca e tráfico. [...] Como seria de esperar após o que foi dito, imaginar tais relações contratuais desperta sem dúvida suspeita e aversão pela antiga humanidade, que as criou e permitiu. Precisamente nelas fazem-se *promessas*; justamente nelas é preciso *construir* uma memória naquele que promete; nelas, podemos desconfiar, encontraremos um filão de coisas duras, cruéis, penosas (p. 52-53).

Também em *A gaia ciência*, Nietzsche (1998) busca elucidar a passagem histórica do castigo físico para o castigo moral, ao avançar em sua opinião sobre o nascimento da culpa.

A relação de direito privado entre o devedor e seu credor, da qual já falamos longamente, foi mais uma vez, e de maneira historicamente curiosa e problemática, introduzida numa relação na qual talvez seja, para nós, homens modernos, algo inteiramente incompreensível: na relação entre vivos e seus antepassados. Na originária comunidade tribal – falo dos primórdios – a geração que vive sempre reconhece para com a anterior e, em especial, para com a primeira, fundadora da estirpe, uma obrigação jurídica (e não um mero vínculo de

⁴ Com base no Dicionário de Filosofia de Abbagnano, (1970, p.78), “[...] a palavra ascese significa propriamente exercício e, originalmente, indicou treinamento dos atletas e sua regras de vida. Com os Pitagóricos, Cínicos e Estóicos, (VI a.C.) a palavra começou a aplicar-se à vida moral enquanto realização da virtude que implica limitação dos desejos e renúncia. O sentido de renúncia e mortificação tornou-se, a partir daí, predominante”.

sentimento: seria lícito inclusive contestar a existência desse último durante o mais longo período da espécie humana). A convicção prevalece de que a comunidade subsiste apenas graças aos sacrifícios e às realizações dos antepassados – e de que é preciso lhes pagar isso com sacrifícios e realizações: reconhece-se uma dívida [schuld], que cresce permanentemente, pelo fato de que os antepassados não cessam, em sua sobrevida como espíritos poderosos, de conceder à estirpe novas vantagens e adiantamentos a partir de sua força. [...] Os ancestrais das estirpes mais poderosas deverão afinal, por força da fantasia do temor crescente, assumir proporções gigantescas e desaparecer na treva de uma dimensão divina inquietante e inconcebível – o ancestral termina necessariamente transfigurado em deus (p.78).

E ele continua: “[...] nesse mundo cresceram e foram levados às alturas o conceito e o sentimento de Deus o sentimento de culpa em relação à divindade não parou de crescer durante milênios, e sempre na mesma razão” (p. 79).

Ainda que de forma crítica, Freire Costa (2000) analisa a correlação dos aspectos desenvolvidos por Nietzsche na *Genealogia da Moral* ao “advento do vocabulário da ‘intencionalidade’, ‘negligência’, ‘causalidade’ e ‘responsabilidade’”, que justificaria, racionalmente, a aplicação de punições (p. 26).

No texto é dito, em outras palavras, que a contrapartida material pelo não pagamento da dívida é substituída pela satisfação íntima de fazer o outro sofrer. E para legitimar, moralmente, a substituição feita, imputa-se ao devedor disposições mentais como intenção, responsabilidade ou negligência no ato da infração (p. 27).

Sabe-se que o percurso desenvolvido pelo pensamento ocidental apontou para uma consolidação cada vez maior do ideal ascético. Estar-se-ia vivendo, pois, sob a égide de uma psicologia do ressentimento, da culpa e, conseqüentemente, da busca constante de supostas “reparações”.

A CONTEMPORANEIDADE, A MÍDIA E A VITIMIZAÇÃO: A CAPTURA DO SOFRIMENTO DO OUTRO

O *outro* já não é feito para ser exterminado, odiado, rejeitado, seduzido; ele é feito para ser compreendido, liberado, mimado, reconhecido. Depois dos Direitos do Homem, deveriam ser instituídos os Direitos do *Outro*. Aliás, já existem: é o Direito Universal à diferença. Orgia de compreensão política e psicológica do outro, ressurreição do outro onde já não há outro. Lá onde havia o *Outro*,

adveio o *Mesmo* (BAUDRILLARD, 2003).

A questão da vitimização tem ocupado espaço expressivo no discurso contemporâneo sobre a culpa. Diversas são as abordagens e os autores que dedicam seus estudos a essa problemática.

Amato (1990) afirma que o sofrimento e a vitimização, associados às questões da dívida e da culpa, tornaram-se preocupações centrais na política e na identidade moderna. Os discursos daí resultantes oprimem e dominam a consciência contemporânea e a retórica política. O autor ressalta que a questão do sofrimento cresceu numericamente e se tornou mais complexa nos dois últimos séculos. Elencam-se certas formas de sofrimento numa escala de vítimas válidas, que tendem a se tornar potenciais modismos e, eventualmente, vítimas oficiais.

Registros de indagações e de busca de categorizações acerca do sofrimento existem desde da Antigüidade Clássica e parecem indicar um certo caráter inexorável da condição humana, num questionamento e enfrentamento contínuo da própria existência, na medida em que esta evidencia, sobretudo, a relação do homem consigo mesmo e com o *Outro*.

Sofrer parece ser, acima de tudo, a demanda por solução de algo que aflige. Ou seja, é estreita a relação entre sofrimento e dor, assim como

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

entre solução e felicidade. Nesse ponto, vale observar que, na contemporaneidade, na sociedade de consumo, a noção de felicidade está atrelada ao mito da igualdade, e o de sofrimento, ao mecanismo de captura (BAUDRILLARD, 1995). Esse é um gancho importante para o entendimento das políticas da piedade, travestidas em políticas afirmativas.

De forma quase ininterrupta, imagens de vítimas distantes são mostradas pela mídia. Elas passam a ser os olhos das consciências e um drama político de muita audiência. Isso é novo no século XX, que invade o século XXI. O sofrimento de estranhos, o sofrimento do *Outro* passou a ser parte importante na mídia contemporânea e na retórica política, sem que, no entanto, se enfrente a discussão da constante produção desse sofrimento pelo próprio homem ou sistema, nas diversas instâncias naturais, sociais e culturais nas quais se vive. A “natureza humana”, sobretudo aquela cultivada pela religião e pela moderna filantropia, nos designou responsáveis por algumas formas de sofrimento. Rebelamo-nos contra o sofrimento sem sentido, aquilo que nos parece injusto e intolerável. Ao mesmo tempo, outras formas de sofrimento são negligenciadas e mesmo negadas.

Atualmente, essas “escolhas” recaem sobre as “injustiças” come-

tidas contra os negros, as mulheres, os homossexuais, os deficientes, ou ainda o terceiro mundo, percebido como um vasto território de sofrimento e vítimas. Um mundo de sofrimento e vitimização sustentando o desenvolvimento dos países ricos – contraditoriamente, mundo esse que problematiza vítimas e vitimados.

Numa era que proclama a felicidade como meta universal, em que a felicidade e o bem-estar são expectativas oficiais da maioria, cresce a existência de inúmeras ações que visam diminuir o sofrimento de vítimas potenciais. Todavia, tais ações podem não estar comprometidas com o sentimento de justiça. Muitas vezes, como membros de uma sociedade que almeja estar segura em casa e em paz com sua consciência individual, constantemente dá-se o confronto com o sofrimento dos *Outros*, o que, acima de tudo, continuamente e de forma diferenciada, bloqueia e impede a felicidade geral.

Ehrenberg (1998) argumenta, ainda, que há uma responsabilização⁵, direta ou indireta, por todas as vítimas do mundo, independentemente de quão distantes elas estão ou estiveram de nossos interesses, influências e ações. Cria-se, assim, a idéia de que nós – pessoa felizes e poderosas, por força de nossos interesses ou prazeres, nossos ou de nossos

antepassados – agimos mal diante de um mundo de vítimas.

E aqui um ponto fundamental para nos ajudar a refletir. O elemento moral da noção de certo ou errado não foi apenas universalizado, mas, sobretudo, internalizado, assumindo formas ilimitadas, perpétuas de auto-responsabilidade. Parte das políticas afirmativas contemporâneas parece ter esse caráter.

Na esteira do ascetismo cristão que promoveu a reordenação monoteísta das noções de sofrimento, culpa e sacrifício, argumenta-se aqui que, na contemporaneidade, o discurso afirmativo sobre o *Outro* tem usado como estratégia de dissimulação os conflitos em torno do sofrimento e da vitimização.

Também Boltanski (1999) destaca a situação teórica contemporânea de uma dívida ética com relação ao sofrimento de estranhos. Segundo o autor, esse é um acontecimento moderno surgido paulatinamente ao nascimento do espaço público e indica a distinção de um modelo de entendimento acerca do sofrimento do *Outro* e de parâmetros de justiça e moral para enfrentá-lo. Em síntese, entre os gregos chamados pré-socráticos, a universalização das primeiras regras de moral e justiça se baseava em provas materiais que apontavam sofrendores ou não sofrendores⁶. Ou

⁵ Inspirado em Nietzsche, Ehrenberg (1998) ressalta que a cultura contemporânea teria como marca maior a responsabilidade individual pelo sofrimento. Aponta para o que denominou de “negatividade ética”, que definiria o que ninguém pode ser e, por conseguinte, o que se deve ser.

seja, havia uma regra que qualificava felizes e infelizes, e isso não era “problema”. A justiça não era uma condição de distribuição. A própria estrutura da religião politeísta, dominante no período, não julgava o desejo e sim o sacrifício. Nesse caso, a justiça não fundava uma definição de felizes ou infelizes. O monoteísmo e o cristianismo é que irão provocar um outro tipo de universalização – a consolidação da noção de sacrifício a partir de uma política da piedade. São as noções do dízimo, do bom samaritano, da compaixão e da universalização, através do corpo cristão, que informam a necessidade de que todos devem ser ajudados. Nesse caso, a justiça tem o papel de fundar, de marcar uma condição – a de infeliz, de injustiçado, de culpado, etc., o que, de forma anacrônica, pode apontar para a impossibilidade da própria justiça, uma vez que a marcação de condição acaba por provocar um constante adiamento da condição do *Outro* na mediação com a política. A solução das políticas de ação afirmativa parece ocupar, em parte, esse papel ideológico, até porque tem sido bem-sucedida, tanto ao instigar o confronto, com o suporte das diferentes mídias, como ao criar alicerces bem acei-

tos para o adiamento de futuras soluções⁷.

Outro fator importante a ser considerado na obra do autor é o fato de que a estrutura básica da política da piedade pressupõe uma transferência que é, em si, virtual – um feliz olhando um infeliz. Instaure-se um espetáculo do sofrimento, em que não há ação política possível, e sim seu constante adiamento, quando trabalhamos relacionando piedade e justiça. O universal que está posto é a condição determinante do Outro como sofredor e infeliz, indicando, no máximo, as causas desse sofrimento e as nossas responsabilidades frente a elas. Cria-se, assim, uma idéia de responsabilidade moral ativa (interesse) ou passiva (omissão), em que causar sofrimento é não evitar o sofrimento! Ou seja, uma não-ação é condição de possibilidade de um não-acontecimento, indicando, assim, uma tendência contemporânea de colonização do futuro e sua virtualização.

E aqui outro ponto fundamental para nos ajudar a refletir. O elemento moral da noção de certo ou errado não foi apenas universalizado, mas, sobretudo, internalizado, assumindo formas ilimitadas e perpétuas de auto-

responsabilidade. O argumento aqui é o de que parte das políticas afirmativas contemporâneas parece ter esse caráter.

COTAS E DISCURSOS: DO MUNDO DA REPROVAÇÃO AO UNIVERSO DO JUÍZO

Desde o pós-guerra, sobretudo com o surgimento do Estado de Bem-Estar Social e com a criação de diferentes organismos internacionais como a ONU e a UNESCO, entra em pauta a noção de remediar as desigualdades e sofrimentos, a princípio deflagrados pelo conflito mundial e, em seguida, pela política neocolonialista ainda vigente.

A esse movimento se seguiram, na década de sessenta, diferentes pleitos reivindicatórios de igualdade – como o dos negros, das mulheres, dos homossexuais –, além de críticas culturais oriundas de análises antropológicas que então se firmavam, dando lugar a uma reflexão acerca do caráter hierarquizante e etnocêntrico das categorizações literárias, artísticas, religiosas, lingüísticas, etc. É nesse mesmo período que surge, nos Estados Unidos, o termo *positive action* como resposta

⁶ Mais uma vez Ehremberg (1998) elucida a questão quando ressalta que, anteriormente, haveria uma relação simbólico-religiosa com o sofrimento, estabelecendo um nexos entre mal natural e falha moral. Nesse momento, aliava-se sofrimento e castigo, e a solução era estabelecida por meio do sacrifício e do ritual. Já na contemporaneidade, cria-se a noção de causalidade social, em que o mote passa a ser a maior responsabilidade individual ou auto-responsabilidade sobre o sofrimento.

⁷ Aqui se pode citar a questão da necessidade concreta de aumento das vagas nas Universidades públicas e a adoção da política de cotas como contraponto de adiamento.

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

ao problema segregacionista. Como afirma Moelhleck:

Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidade para todos. No período, começam a se afirmar como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a idéia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também assumir uma postura ativa para a melhoria da população negra. (2002, p. 198)

Passadas mais de quatro décadas de experiências com as políticas afirmativas, os EUA podem ser vistos como referência no assunto. Outras experiências semelhantes ocorreram em vários outros países da Europa Ocidental, assumindo formas e ações diferenciadas.

O termo, já repleto de ambigüidades e contradições, chega ao Brasil no bojo do processo de redemocratização iniciado na década de oitenta. O sistema de cotas ou a chamada reserva de vagas, mecanismo já utilizado em outros países, a princípio visa oportunizar acesso ao ensino superior público

Neste estudo, o interesse não está em posicionar-se a favor do sistema de cotas ou contra ele, e sim em interpretá-lo, inserilo no que aqui se denomina de “políticas da piedade”, em que a culpa, a dívida e a reparação podem ser o mote na suposta construção de uma sociedade igualitária.

aos segmentos menos favorecidos e excluídos da população (que aqui têm sido classificados com a polêmica categoria de “carentes”) e, especificamente, aos que se autodenominam negros ou pardos, posto que esse é considerado, também, um segmento tradicionalmente limitado em termos de mobilidade social, em função de sua origem estar marcada pelo processo de escravização.

É importante citar, também, o estudo de Thomas Sowell (2004) acerca do efeito das ações afirmativas e da adoção de cotas na Índia,

Malásia, Estados Unidos, entre outros países. A pesquisa aponta para conclusões demolidoras do mito da igualdade e da justiça que acompanha essas políticas. O acirramento de questões raciais, quando do aparecimento de hierarquias no interior dos grupos supostamente marginalizados; o fracasso escolar de grande parte estudantes beneficiados e, mesmo, o preconceito em relação à idéia de mérito demonstram, acima de tudo, um sistema político contaminado por noções impregnadas de moralismos e submissões aos padrões hierárquicos sociais e econômicos.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi uma das primeiras a colocar em pauta a implantação dessa política. Desejadas ou refutadas, as cotas são apenas a ponta mais visível de um movimento que, em especial na última década, ganhou força no Brasil. Todavia, o debate aberto pela política de cotas revelou uma série de contradições que têm posto em xeque a eficácia do ensino público básico brasileiro, a privatização do ensino, a necessidade de ampliação das vagas públicas nas universidades e, mesmo, o mito da igualdade racial no Brasil. A discussão acerca da legitimidade da implantação da política de cotas, em suas diferentes instâncias e pressupostos, tornou-se frequente na mídia⁸.

Neste estudo, o interesse não está em posicionar-se a favor do sistema de cotas ou contra ele, e

sim em interpretá-lo, inseri-lo no que aqui se denomina de “políticas da piedade”, em que a culpa, a dívida e a reparação podem ser o mote na suposta construção de uma sociedade igualitária.

Foram selecionados, para esta pesquisa, artigos, reportagens, entrevistas e cartas de leitores, durante todo o ano de 2004, veiculados nos principais jornais e revistas que circulam no Estado do Rio de Janeiro⁹. Os dados obtidos apontam para um total de duzentos e quarenta e sete aparições na mídia impressa, distribuídas nas categorias artigo (sessenta e dois); reportagens, incluindo editoriais (cento e sete); entrevistas (três) e cartas (setenta e cinco). Vale observar que, no mês de janeiro, a busca foi nula e que se evidenciou uma intensificação do debate, sobretudo em abril, maio e junho, quando ocorrem a prova e a divulgação dos resultados do vestibular da UERJ.

Vale observar que, de todo o material pesquisado e catalogado, um número expressivo de posicionamentos contra a adoção das cotas pode ser identificado.

Dos que se manifestaram contra, muitos são os argumentos, mas a defesa de maior qualidade do ensino fundamental e médio representa grande parte. As ale-

gações abrangem o acirramento do racismo, a queda na qualidade do atual ensino universitário, o despreparo dos cotistas, a inconstitucionalidade da política, a experiência negativa de outros países, o perigo da volta de pressupostos eugênicos identificando quem é ou não negro ou pardo, a polêmica discussão sobre os limites e incongruências na análise e determinação de quem é ou não “carente”, a injustiça com aqueles que se “sacrificaram” para pagar escolas privadas para os filhos, os quais agora, com o sistema de cotas, vêem diminuir-lhes as chances de acesso às Universidades Públicas. A tudo isso acrescenta-se a contínua prática da reparação por meio de outras políticas de sustentação às de cotas, como a concessão de bolsas, vale-transporte, vale-alimentação, cota-xerox ou cota-livros, etc. que merecem destaque, uma vez que, quando se analisa o fracasso ou o sucesso escolar dos cotistas frente aos não-cotistas (polêmica que parece variar de acordo com o recorte estatístico dado às análises) nas Universidades, responsabiliza-se a falta de infra-estrutura material, financeira e cultural que circunda os cotistas e clama-se por mais essa reparação. Por outro lado, há também a responsabilização dos próprios cotistas que, ao terem a

“chance diferenciada”, precisam mostrar que são “merecedores” de tanta “piedade”.

Vale observar que as reportagens foram selecionadas e aqui transcritas sem a preocupação cronológica ou de posicionamento. O objetivo foi, sobretudo, demonstrar que o debate parece circular e esbarrar nas suas próprias contradições. Vejamos alguns trechos que, “contra” ou “a favor”, parecem constituir-se da mesma origem conceitual:

- Se o governo está pensando em punir os atos racistas, deve começar punindo a si mesmo. (*O Globo*, cartas, 25/03/2004).
- No momento da inscrição, o candidato será fotografado. Portanto, o candidato pardo terá de se dizer obrigatoriamente negro. (*O Globo*, reportagem, 20/03/2004).
- No caso de dúvida, o candidato deverá cumprir um período de quarentena, sem expor-se a raios solares. (*Folha Dirigida*, reportagem, 28/04/2004).
- Os negros acabam sendo vítimas de um preconceito dissimulado. (*O Globo*, artigo, 03/10/2004).
- Mal comparando, obter justiça

⁸ Ao longo deste estudo, o debate se ampliou para além das cotas nas universidades públicas, seja na discussão das cotas do programa denominado PROUNI, que implica a concessão de vagas nas Universidades privadas subsidiadas pela isenção de impostos, seja pela relação mais política entre todas essas medidas e a Reforma Universitária, já em nova versão, em curso.

⁹ Jornais: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Dia*, *Extra*, *Jornal dos Esportes*, *Folha Dirigida*, *O povo*, *Folha de São Paulo*, *Estadão*; Revistas: *Veja*, *Época* e *Isto é*. Vale citar que essa busca se deu fundamentalmente a partir do sistema de clipping desenvolvido pelo setor de Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ UERJ, que visa reunir as principais notícias do dia e disponibilizá-las on-line. Segundo os organizadores, a partir de junho

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

social na entrada da Universidade, é como tentar maquiagem o Frankenstein. Batom, ruge e pó de arroz, não conseguiram reduzir sua feiúra. (*Veja*, artigo, 24/05/2004).

- As ações afirmativas são políticas voltadas para um problema específico que é a história da discriminação dos negros. Taxá-las de antidemocráticas equivale transformar a vítima em réu. (*O Globo*, artigo, 02/04/2004).

- Ao longo da história, as minorias têm conseguido seu lugar na sociedade com lutas e sacrifícios. (*O Globo*, cartas, 29/05/2004).

- As cotas, facilitando artificialmente o acesso à universidade, criarão mais desigualdade e frustração. E a culpa será do racismo dos brancos. (*O Globo*, artigo, 20/04/2004).

- Temos esperança de essa lei um dia não será mais necessária. (*O Dia*, artigo, 21/05/2004).

- Depois de conceder, que político se dispõe a retirar algum benefício? (*O Globo*, artigo, 29/06/2004).

- Quem chega a Universidade é por mérito e não por canetada. (*O Dia*, cartas, 28/10/2004).

- Os estudantes negros não precisam de esmolas. (*O Globo*, cartas, 18/03/2004).

- Não adianta fingir uma igualdade social que não existe, inserindo pessoas despreparadas nas Universidades. (*O Globo*, cartas, 31/11/2004).

- Como se nota, a lei maior não deixa margem para ações discriminatórias travestidas de ações afirmativas. (*O Globo*, artigo, 05/03/2004).

- O tema da “inclusão social” presta-se a medidas populistas, que podem acabar prejudicando exatamente os potenciais beneficiados pelo sistema. (*Veja*, artigo, 28/04/2004).

Além de vários outros exemplos, os seguintes fragmentos de cartas parecem sintetizar os pressupostos descritos aqui:

- Talvez estejamos utilizando o princípio da homeopatia e combatendo o veneno com pequenas doses do próprio veneno que promove a doença. (*Folha Dirigida*, cartas, 12/11/2004).

- Vamos combinar assim: eu sou a favor da reserva de vagas por N razões e você pode ser contra pelas mesmas razões. (*Folha de São Paulo*, cartas, 14/10/2004).

Não preciso dessas migalhas que caem da mesa dos banquetes. (*O Globo*, cartas, 22/09).

- Essa luta por benesses não con-

tribui para valorizar o esforço e o sacrifício que todos os negros e outras raças fizeram. (*JB*, cartas, 28/06/2004).

- As cotas não resolvem o problema da marginalização dos negros, vítimas da maior violência contra uma etnia em todos os tempos. (*Folha Dirigida*, cartas, 15/06/2004).

- Não creio que eles estarão preparados para agarrar essa oportunidade. (*O Dia*, cartas, 28/10/2004).

Como se pode observar, misturaram-se, lado a lado, pressupostos de vitimização, de sacrifício, de culpa, de reparação.

Com isso, pretende-se sugerir que a contemporaneidade parece estar-se movendo num domínio de uma “supramoral”, em que não há mais certo ou errado, justo ou injusto, já que se pode observar uma paulatina transferência das conseqüências das ações dos homens frente ao seu destino (VAZ, 1997). Ações desejadas ou indesejadas são atreladas a noções de autocontrole, e a questão moral parece agora se concentrar exatamente naquele que perde o controle, naquele que perde a oportunidade.

Beck (1992), traçando um diagnóstico sobre a contemporaneidade, aponta algumas questões elucidativas para este trabalho. Segundo o autor, o processo intenso de individualização em curso na

contemporaneidade pode ser identificado em diferentes instâncias de crise, como a crise das relações de trabalho, a crise da família nuclear ou mesmo a própria crise da ciência e da razão, gerando com isso outros tipos de “causa pública”. Mais uma vez, as políticas afirmativas seriam emblemáticas dessa tendência.

Ou seja, parece estar havendo uma mudança na justiça ou na lógica da distribuição – mais especificamente na lógica como a questão da igualdade vem sendo trabalhada nas causas sociais. E esse parece ser o ponto central desta análise. Em síntese, a modernidade trabalharia com a idéia de distribuição de bens calçada nos conflitos sociais. Já a modernidade tardia ou reflexiva parece movimentar-se a partir do conceito de distribuição de “mazelas”, ou seja, de distribuição de riscos (LUHMANN, 1993). É sobre esse novo enfoque que parece estar fundamentada grande parte dos discursos e das ações das políticas afirmativas.

Ou seja, perdemos aí o risco do aleatório, a possibilidade concreta do exercício da alteridade e promovemos uma homogeneização do *Outro* e sua transformação em mesmo – agora padronizado em sua suposta afirmação de identidade diferenciada.

Baudrillard (1990), em sua crítica ácida acerca das estruturas mentais e sociais do homem contemporâneo, indaga: “mas onde está a alteridade?” (p.131).

Com isso, pretende-se sugerir que a contemporaneidade parece estar-se movendo num domínio de uma “supramoral”, em que não há mais certo ou errado, justo ou injusto, já que se pode observar uma paulatina transferência das conse-^quências das ações dos homens frente ao seu destino (Vaz, 1997).

Assim, indica-se, neste ensaio, que, no jogo da reputação da cultura ocidental contemporânea, toda a moral, é uma moral de *audiência*, marcada pelo artifício, ou moral da exterioridade, em que o esquema meta-histórico promove a interiorização da regra moral. Ou seja, no monitoramento do comportamento considerado bom ou ruim, pode-se traçar uma passagem importante que distinguiu nossa entrada na modernidade: a relação entre exterioridade e interioridade. No momento em que a exterioridade

preponderava, havia, a princípio, respeito e equivalência na gestão da imagem do *Outro*. Isso quer dizer que os laços sociais eram estabelecidos a partir de práticas de visibilidade, práticas de crenças. Na passagem para uma moral interiorizada, amplia-se a gestão da audiência, da qual ninguém mais escapa. É o grande golpe do ideal ascético: eu internalizo o *Outro* – o meu próprio sacrifício.

E assim seguimos sofrendo. Cabe a pergunta de Nietzsche (1999): “Em que medida pode o sofrimento ser compensação para a dívida?” (p.45)

Por último, cabe frisar que, a despeito das críticas aqui desenvolvidas, tem-se por princípio lutar por melhores condições de vida, de renda e acesso aos bens culturais. No caso das políticas ditas inclusivas, caberia não desistir da tarefa de transformar as condições materiais que reproduzem as desigualdades. No caso específico das cotas, seria importante indagar, para além do que foi problematizado aqui, qual o papel e o lugar conferido hoje ao ensino universitário.

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- AMATO, Joseph. *Victims and Values: a history and a theory of suffering*. New York: Greenwood Press, 1990.
- BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.
- _____. *Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BECK, U. *Risk Society : towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.
- BOLTANSKI, Louis. *Distant Suffering: morality, media and politics*. Cambridge University Press, 1999.
- CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. *Anaximandro, Parmênides, Heráclito*. Texto e Tradução. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EHRENBERG, A. *La fadigue d'être soi*. Paris: Odile Jacob, 1998.
- FREIRE COSTA, Jurandir. Da dívida como culpa ao cuidado com o outro: as perspectivas de Nietzsche e de Winnicott. Revista do IBMR. *Saúde, Sexo & Educação*. Ano XIII, n. 34/35, 2000.
- LUHMANN, N. *Risk: a sociological theory*. Communication and social order. New York : A. de Gruyter, 1993.
- Mc LAREN, Peters. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- MELO, Eduardo Resende. *Nietzsche e a Justiça*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- MOELHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 1178, P. 197-217. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. A Gaia Ciência. In: *Obras Escolhidas*, vol. 3. Lisboa: Relógio d'Água, 1998.



ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

INES

ESPAÇO

Jul-Dez/07

71

_____. *A Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOWELL, Thomas. *Affirmative Action Around the World: an empirical study*. Yale University Press, 2004.

SCHÜLER, Donaldo. *Heráclito e seu (dis)curso*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

VAZ, Paulo. Tempo e Tecnologia. In: Doctors, M. (Org.). *Tempo dos Tempos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.